

A. I. N.º - 09330402/04
AUTUADO - THIALE SILVA BARREIRO MOURINO - ME
AUTUANTE - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 20. 10. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0399-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 09/07/04, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada através de auditoria de caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fls. 14 a 15, dizendo que o Termo de Auditoria de Caixa à fl. 06, informa que em face da empresa não possuir talão, as notas fiscais serão emitidas após seu recebimento. Alega que tão logo recebeu seu talonário fiscal, providenciou a emissão das notas fiscais para dar cobertura as vendas realizadas (fls. 20 e 21). Ao final, entendendo que, dessa forma, cumpriu a exigência legal, pede a improcedência do Auto de Infração.

A autuante em informação fiscal (fls. 23 e 24), mantém a autuação, inicialmente discordando do entendimento do autuado de que pelo fato de ter emitido algumas notas fiscais, por solicitação da fiscalização, cumpriu com a exigência legal, haja vista que os referidos documentos fiscais foram emitidos com data posterior ao fato gerador. Informa que estando o autuado enquadrado no SIMBAHIA, como microempresa, fica o mesmo obrigado a emitir regular e diariamente notas fiscais de saídas nas suas operações de vendas, conforme prevê o art. 403, V, “a” e “b”, c/c art. 142, VII, do RICMS/97, que transcreve. Ao final, dizendo que foi constatado resultado positivo de diferença de caixa, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pela autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 06, com a assinatura do responsável pela empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$ 431,30, servindo como prova do

cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Ademais, a própria peça defensiva do autuado é uma confissão expressa do cometimento da infração, haja vista ter informado que tão logo recebeu seu talonário fiscal, providenciou a emissão das notas fiscais para dar cobertura as vendas realizadas.

Os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Portanto, como as notas fiscais, cujas cópias o autuado anexou às fls. 18 a 21, foram emitidas em data posterior às vendas, tal procedimento não tem o condão de elidir a ação fiscal.

Vale ainda ressaltar, que foi emitida a nota fiscal nº 0078 (fl. 03), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa, comprovando a irregularidade praticada pelo autuado.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **09330402/04**, lavrado contra **THIALE SILVA BARRERO MOURINO - ME**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de outubro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA